

MAPA DE RISCO - PREGÃO ELETRÔNICO 011/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos contínuos de gestão, coordenação, acompanhamento e apoio à execução do projeto vinculado ao Termo de Convênio FPE nº 2701/2025 (Consulta Popular 2021/2022), do entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR mediante um Profissional da área da medicina veterinária com expertise na área de atuação, compreendendo o planejamento, organização, monitoramento e suporte às ações previstas no Plano de Trabalho, a articulação com os municípios consorciados, o acompanhamento das atividades desenvolvidas, a padronização de procedimentos, a elaboração de materiais técnicos e informativos e o apoio ao cumprimento das metas e resultados estabelecidos, com execução de até 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 10 (dez) meses, em conformidade com as diretrizes do convênio e demais documentos que integram o processo.

A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas para os principais eventos capazes de comprometer a adequada execução da contratação, considerando a natureza técnica e gerencial do objeto, sua vinculação ao Termo de Convênio FPE nº 2701/2025, a necessidade de atuação contínua junto ao Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR e o impacto direto da contratação no cumprimento das metas, na prestação de contas e na governança do projeto.

Fase	Risco identificado	Causa	Impacto	Probabilidade	Nível de risco	Medidas de mitigação	Responsável pela mitigação	Controles de acompanhamento
Planejamento	Definição insuficiente do objeto	Descrição genérica ou incompleta das atividades de gestão do projeto	Dificuldade de execução, fiscalização e medição dos serviços	Baixa	Médio	Detalhar no TR as atividades de gestão, coordenação, acompanhamento, apoio à execução, relatórios e prestação de contas	Consórcio	Conferência entre DFD, ETP, TR, edital e contrato
Planejamento	Incompatibilidade entre DFD, ETP, TR, edital e contrato	Falta de espelhamento entre os documentos	Impugnações, dúvidas interpretativas e risco de nulidade	Média	Alto	Padronizar objeto, prazo, carga horária, qualificação, medição, pagamento, fiscalização, LGPD, subcontratação e riscos	Consórcio	Revisão comparativa antes da publicação
Planejamento	Subestimação da	Não consideração de todas as ações	Execução	Média	Alto	Considerar	Consórcio	Checklist de aderência ao

	complexidade do projeto	previstas no convênio e anexos	insuficiente e não atingimento das metas			integralmente o Plano de Trabalho, convênio e demais anexos na definição do escopo		Plano de Trabalho
Planejamento	Não consideração do quantitativo de agroindústrias envolvidas	Falha no dimensionamento da abrangência regional	Planejamento inadequado da carga horária e das ações	Média	Médio	Registrar que o projeto envolve, no mínimo, cerca de 100 agroindústrias, podendo haver ampliação	Consórcio / Contratada	Relatórios mensais e atualização das demandas
Seleção	Exigência técnica excessiva	Critérios desproporcionais ou restritivos	Impugnação por restrição à competitividade	Média	Alto	Exigir qualificação proporcional: atestado da empresa, RT médico veterinário, cursos compatíveis e vínculo	Consórcio	Revisão jurídica do edital
Seleção	Exigência técnica insuficiente	Habilitação de empresa sem aptidão real	Má execução e prejuízo ao convênio	Média	Alto	Exigir atestado(s) compatíveis, admitida somatória, e documentação do responsável técnico	Consórcio	Conferência da habilitação e diligências
Seleção	Atestados incompatíveis com o objeto	Apresentação de documentos genéricos ou sem relação com gestão/coordenação/projetos	Contratação de empresa sem experiência adequada	Média	Alto	Verificar se os atestados demonstram gestão, coordenação, acompanhamento ou execução de projetos na área agroindustrial, sanitária ou de inspeção	Pregoeiro / Equipe técnica	Análise técnica dos atestados
Seleção	Informações falsas ou inconsistentes na habilitação	Documentos incompletos ou inverídicos	Risco de contratação irregular	Baixa	Alto	Realizar diligências, quando necessário, nos termos da Lei nº 14.133/2021	Pregoeiro / Consórcio	Registro das diligências no processo
Seleção	Baixa competitividade	Mercado técnico especializado e número restrito de fornecedores	Preços menos vantajosos ou certame deserto/frustrado	Média	Médio	Publicidade adequada, exigências proporcionais e modalidade competitiva	Consórcio	Monitoramento da disputa e análise de competitividade
Contratação	Formalização	Falha na transposição das obrigações	Dificuldade de	Baixa	Alto	Espelhar no contrato	Consórcio	Revisão final da minuta

	contratual com cláusulas divergentes do TR		exigir cumprimento contratual			o objeto, prazo, execução, pagamento, fiscalização, LGPD, subcontratação e riscos		contratual
Execução	Atraso no início dos serviços	Falha de mobilização da contratada	Atraso no cronograma do projeto	Média	Médio	Prever início em até 10 dias da assinatura/ordem de serviço e apresentação de planejamento inicial	Contratada	Controle do início da execução
Execução	Não apresentação do planejamento inicial	Falta de organização da contratada	Execução desordenada e dificuldade de fiscalização	Média	Médio	Condicionar início efetivo à entrega do planejamento inicial	Contratada / Fiscal	Análise e aprovação do planejamento
Execução	Atuação meramente formal do responsável técnico	Profissional apenas indicado, sem participação efetiva	Comprometimento da gestão do projeto	Média	Alto	Exigir declaração de participação efetiva e comprovação por relatórios, carga horária e reuniões	Contratada	Controle de carga horária e relatórios
Execução	Substituição irregular do responsável técnico	Troca sem anuência do Consórcio	Redução da qualidade técnica e descumprimento da habilitação	Média	Alto	Vedação de substituição sem autorização formal e exigência de profissional substituto com os mesmos requisitos	Contratada / Consórcio	Registro formal de eventual substituição
Execução	Profissional substituto sem qualificação compatível	Falta de controle na substituição	Execução por profissional inadequado	Baixa	Alto	Exigir comprovação prévia da formação, cursos e vínculo do substituto	Contratada / Fiscal	Análise documental antes da autorização
Execução	Descumprimento da carga horária de até 20h semanais	Falta de controle ou disponibilidade do profissional	Execução parcial do objeto	Média	Alto	Exigir controle de carga horária, registros de atividades e relatórios mensais	Contratada	Controle mensal pelo fiscal
Execução	Falha na coordenação das ações do projeto	Ausência de planejamento e acompanhamento sistemático	Desarticulação entre Consórcio, municípios e ações do convênio	Média	Alto	Reuniões periódicas, cronograma de ações e relatórios de acompanhamento	Contratada / Consórcio	Atas de reuniões e relatórios

Execução	Falta de articulação com municípios consorciados	Comunicação deficiente	Atrasos, falhas de adesão e baixa efetividade	Média	Médio	Definir canais de comunicação e cronograma de interação institucional	Contratada / Consórcio	Registros de comunicação
Execução	Não cumprimento das metas do Plano de Trabalho	Falhas de gestão ou intercorrências não tratadas	Risco de inexecução do convênio	Média	Alto	Monitorar metas, identificar desvios e propor medidas corretivas	Contratada / Consórcio	Relatórios mensais e consolidado final
Execução	Falta de padronização de procedimentos	Ausência de documentos orientativos ou metodologia	Execução desigual entre municípios e ações	Média	Médio	Elaborar materiais técnicos, fluxos e instrumentos de apoio	Contratada	Aprovação dos materiais pelo Consórcio
Execução	Relatórios mensais incompletos	Falta de detalhamento das atividades	Dificuldade de medição, fiscalização e pagamento	Média	Alto	Definir conteúdo mínimo dos relatórios	Contratada	Conferência mensal pelo fiscal
Execução	Não entrega dos relatórios mensais	Inadimplemento da contratada	Suspensão da medição e prejuízo ao controle	Média	Alto	Condicionar pagamento à entrega e aprovação dos relatórios	Contratada	Protocolo e atesto mensal
Execução	Relatório final consolidado insuficiente	Falta de consolidação dos resultados	Dificuldade de prestação de contas e avaliação do projeto	Média	Alto	Exigir relatório final com atividades, resultados e grau de cumprimento das metas	Contratada	Análise final pelo fiscal
Execução	Falha na prestação de contas do convênio	Informações incompletas ou desorganizadas	Risco de glosa, apontamento ou responsabilização	Média	Alto	Exigir organização documental e fornecimento de informações para prestação de contas	Contratada / Consórcio	Arquivo processual e conferência documental
Execução	Desalinhamento entre serviços executados e Plano de Trabalho	Execução sem observância dos anexos do convênio	Irregularidade na aplicação dos recursos	Baixa	Alto	Vincular expressamente a execução ao Plano de Trabalho e anexos	Contratada / Fiscal	Checklist de aderência ao convênio
Execução	Variação no número de agroindústrias envolvidas	Inclusão de novas unidades ou alteração cadastral	Necessidade de reorganização das ações	Média	Médio	Planejamento flexível e priorização das demandas	Contratada / Consórcio	Atualização de lista, relatórios e cronograma
Execução	Intercorrências não comunicadas tempestivamente	Falha de comunicação da contratada	Agravamento de problemas e atraso nas metas	Média	Médio	Exigir comunicação imediata e registro formal	Contratada	Controle de ocorrências
Execução	Falta de reuniões de	Ausência de agenda ou convocação	Perda de controle	Média	Médio	Prever reuniões	Contratada /	Atas de reuniões

	acompanhamento		sobre execução			periódicas sempre que convocadas	Consórcio	
Execução	Baixa qualidade dos materiais técnicos produzidos	Falta de metodologia ou revisão	Uso inadequado em ações do projeto	Média	Médio	Submeter materiais à análise do Consórcio	Contratada / Fiscal	Aprovação formal dos materiais
Execução	Uso indevido de documentos e materiais técnicos	Falta de regra de propriedade	Risco de utilização fora do projeto	Baixa	Médio	Prever propriedade do Consórcio sobre documentos, relatórios e materiais	Contratada / Consórcio	Cláusula contratual e controle documental
Subcontratação	Subcontratação de atividade essencial	Tentativa de terceirizar gestão/coordenação/responsabilidade técnica	Descaracterização da habilitação e perda de controle	Média	Alto	Vedação de subcontratação das atividades essenciais	Contratada / Fiscal	Autorização prévia e análise de escopo
Subcontratação	Subcontratação sem autorização	Falta de comunicação ao Consórcio	Irregularidade contratual	Baixa	Alto	Exigir autorização prévia e expressa	Contratada	Registro formal no processo
Subcontratação	Subcontratado sem qualificação	Falta de controle da contratada	Falhas de execução	Baixa	Médio	Exigir documentos do subcontratado quando autorizado	Contratada / Consórcio	Conferência documental
LGPD	Tratamento inadequado de dados pessoais	Acesso a dados de produtores, servidores ou representantes	Violação à LGPD e responsabilização	Média	Alto	Exigir sigilo, finalidade específica, segurança e uso restrito dos dados	Contratada	Cláusula LGPD e controle de acesso
LGPD	Compartilhamento indevido de informações	Envio de dados a terceiros sem autorização	Vazamento de dados e dano institucional	Baixa	Alto	Vedação de compartilhamento não autorizado	Contratada	Registro de comunicações e incidentes
LGPD	Não devolução/eliminação de dados ao final	Falta de procedimento de encerramento	Risco de uso indevido posterior	Média	Médio	Exigir devolução, eliminação ou anonimização conforme orientação do Consórcio	Contratada / Consórcio	Termo de encerramento/declaração
Financeira	Pagamento por serviço não comprovado	Relatórios insuficientes ou ausência de atesto	Dano ao erário	Média	Alto	Condicionar pagamento ao relatório aprovado e atesto do fiscal	Fiscal / Consórcio	Processo de liquidação
Financeira	Glosa não aplicada quando devida	Falha de fiscalização	Pagamento indevido	Média	Alto	Prever glosa total ou parcial em caso de descumprimento	Fiscal	Registro de inconformidades
Financeira	Cobrança de custos adicionais	Interpretação inadequada do escopo	Aumento indevido de despesas	Baixa	Médio	Prever que todos os custos estão incluídos no preço contratado	Contratada / Consórcio	Conferência de notas fiscais
Fiscalização	Fiscalização	Falta de acompanhamento sistemático	Falhas não	Média	Alto	Designar fiscal e	Consórcio	Checklists e registros

	insuficiente		detectadas			estabelecer controles de relatório, reuniões e atesto		mensais
Fiscalização	Ausência de registros formais	Controle informal da execução	Dificuldade de defesa e prestação de contas	Média	Alto	Registrar reuniões, relatórios, comunicações e ocorrências	Fiscal / Contratada	Processo administrativo organizado
Jurídica	Descumprimento da Lei nº 14.133/2021	Falhas de instrução ou execução	Apontamentos e nulidades	Baixa	Alto	Revisão jurídica e compatibilização documental	Consórcio	Parecer e checklist
Jurídica	Alterações contratuais sem formalização	Ajustes informais de cronograma ou escopo	Irregularidade administrativa	Média	Médio	Formalizar alterações por termo, despacho ou registro adequado	Consórcio / Contratada	Controle processual
Ambiental	Deslocamentos e uso de recursos materiais	Atuação regional e produção de documentos	Impactos ambientais indiretos e de baixa magnitude	Média	Baixo	Planejar deslocamentos e priorizar documentos digitais	Contratada	Relatórios e registros
Sustentabilidade	Não adoção de práticas sustentáveis	Falta de orientação ou controle	Perda de oportunidade de reduzir impactos	Média	Baixo	Incentivar racionalização de recursos e boas práticas ambientais	Contratada	Relatórios mensais
Encerramento	Ausência de relatório final consolidado	Falha no encerramento contratual	Dificuldade de comprovar resultados	Média	Alto	Exigir relatório final consolidado antes do encerramento	Contratada	Atesto final
Encerramento	Não entrega de documentos ao Consórcio	Falta de organização documental	Prejuízo à memória administrativa e prestação de contas	Média	Alto	Exigir entrega integral dos documentos e materiais produzidos	Contratada	Termo de entrega
Encerramento	Pendências não sanadas antes do pagamento final	Fiscalização incompleta	Prejuízo ao Consórcio	Média	Alto	Condicionar pagamento final à regularização das pendências	Fiscal / Consórcio	Checklist de encerramento

Conclui-se que os riscos identificados são administráveis, desde que observadas as medidas de mitigação propostas, especialmente quanto à qualificação técnica, participação efetiva do responsável técnico, controle da carga horária, relatórios mensais, fiscalização, LGPD, subcontratação, prestação de contas e vinculação ao Plano de Trabalho do Termo de Convênio FPE nº 2701/2025. A adoção desta matriz contribui para maior segurança jurídica, eficiência na execução e adequada proteção do interesse público envolvido.

Sananduva, 02 de junho de 2026.

ULISSES CECCHIN
DIRETOR EXECUTIVO